

**DESTAQUES**

- **MÊS DA MULHER INTENSIFICA POSICIONAMENTOS CONTRA A LIBERAÇÃO DE ARMAS E MUNIÇÕES**
- **PARLAMENTARES DO PSOL DENUNCIAM VENDA DE ARMAS PARA DITADURA PERUANA EM REUNIÃO COM MINISTRO DE RELAÇÕES EXTERIORES**
- **PLENÁRIO DO STF VOTA A SUSPENSÃO DOS JULGAMENTOS ACERCA DA LEGALIDADE DO DECRETO DO PRESIDENTE LULA**

CONGRESSO NACIONAL**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Na Câmara dos Deputados não há definição dos nomes que irão presidir as Comissões temáticas ao longo de 2023. O presidente Lira (PP-AL) havia informado que os nomes seriam definidos na última quarta-feira (8/03), mas não houve grandes novidades. As expectativas continuam sendo de que as comissões

Na quarta-feira (8/03), a bancada conservadora da Câmara se reuniu com o presidente Arthur Lira (PP-AL) para defender a revogação dos decretos presidenciais que restringiram o acesso da população a armas e munições. O Deputado Junio Amaral (PL-MG) publicou em suas redes sociais sobre o encontro e defendeu a urgência da

sejam instauradas na próxima semana, o que possibilitará o início dos trabalhos em cada uma das Comissões.

O PSB e o Solidariedade negociam a formação de uma federação partidária, o que resultaria em 21 deputados pela sigla. Caso ocorra, as siglas formarão um “partido único” nos próximos quatro anos, atuando em conjunto no Congresso Nacional, nas candidaturas únicas a cargos majoritários, nas eleições municipais que acontecerão em 2024 e, também, nas eleições para os governos estaduais e à Presidência da República, em 2026.

Durante a sessão Plenária da Câmara comemorativa do dia da mulher, dia 8/03, o Deputado Federal Nikolas Ferreira (PL-MG) vestiu uma peruca e discursou na tribuna, defendendo ter lugar de fala por ser mulher transexual. Para o Deputado, as mulheres estão perdendo o espaço para “trans”. Deputados do PSOL, PDT e PSB protocolaram pedido de cassação de Nikolas em razão da quebra de decoro parlamentar. Em resposta à manifestação de Nikolas, o presidente Arthur Lira fez dura advertência: “o plenário da Câmara não é palco para exibicionismo e muito menos discursos preconceituosos”. Ainda, Nikolas deverá responder por crime de transfobia. O caso mobilizou a bancada do PL, já que o

matéria: “milhares de empregos estão sendo perdidos, clubes de tiro fechados”.

Durante a reunião, Lira mostrou-se sensível ao setor e prometeu pautar as proposições, assim que houver acordo de líderes.

SENADO FEDERAL

Após a instauração das Comissões, Senadores da oposição ao Governo iniciaram movimentação contra a organização dos cargos. A oposição, representada pelo Bloco Vanguarda (PP, PL, Republicanos e Novo), conta com cerca de 23 senadores e não conseguiu assumir a presidência de nenhuma Comissão. De acordo com Flávio Bolsonaro (PL-RJ), a distribuição dos cargos não respeitou a proporcionalidade, já que o Bloco Vanguarda é o terceiro maior da Casa e, por isso, teria direito a, no mínimo, quatro Comissões Permanentes. Por essa razão, o Bloco requer a criação de mais Comissões, como, por exemplo, uma Comissão de Minas e Energia, de Esporte e da Saúde, que atualmente estão abrangidas em Comissões já existentes. Os Senadores também exigem ocupar posto na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Somente os partidos dos blocos Democracia (MDB, União Brasil,

deputado foi o mais votado do país e responsável por ampliar o quociente de vagas da sigla na Câmara. Partidos aliados ao governo, todavia, exigem responsabilização. Entre os defensores de Ferreira está o deputado Junio Amaral, que coordena a frente conservadora da Casa.

Podemos, PSDB, PDT e Rede) e Resistência Democrática (PSD, PT e PSB) comandam órgãos colegiados no Senado. São as bancadas que apoiaram a reeleição de Pacheco, em 1º de fevereiro. Caso os pedidos do Bloco Vanguarda não sejam atendidos, os senadores ameaçam acionar o Supremo Tribunal Federal, sob o argumento de que a distribuição fere a previsão constitucional de representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares nas Comissões.

MINISTÉRIOS E PLANALTO

PLANALTO

Na última quarta-feira (8/03), o Presidente Lula anunciou um pacote de medidas com foco nas mulheres no mercado de trabalho, além de assistência social e ação na segurança de vítimas de violência. O Presidente também enviou mensagem ao Congresso Nacional para que o país possa aderir à Convenção sobre a Eliminação da Violência e do Assédio no Mundo do Trabalho, da Organização do Trabalho (OIT). Além disso, Lula assinou projeto de lei que propõe instituir o dia 14 de março, Dia Nacional Marielle Franco de

ao povo peruano e apoiar o fim do envio de armas ao país.

De acordo com o partido, armas produzidas por empresas brasileiras estão sendo vendidas para o governo peruano e utilizadas pela Polícia Nacional Peruana e as Forças Armadas do país para reprimir e assassinar militantes e ativistas envolvidos na oposição ao governo. Tendo em vista que a exportação de materiais bélicos exige autorização do governo, que é dada pelo Ministério de Relações Exteriores, os parlamentares buscam movimentar ações para que o Governo Lula revogue a autorização das empresas brasileiras. Durante o encontro, a Deputada

Enfrentamento à Violência Política de Gênero e Raça.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Na terça-feira (7/03), o Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, se reuniu com a bancada do PSOL na Câmara dos Deputados para debater o fim das vendas de armas brasileiras para a ditadura de Dina Boluarte, no Peru. Simultaneamente, militantes do movimento “Juntos!” e do PSOL realizavam atos em frente ao Palácio do Itamaraty para demonstrar solidariedade

Fernanda Melchionna (PSOL-RS) defendeu que “é urgente que o Brasil, tal como já fez a Espanha, cesse essas vendas. Já são mais de 70 assassinados no Peru em manifestações com armas não letais. Muitas mulheres e até criança”. De acordo com a “fazcomex”, o Brasil lidera as exportações de armas e munições na América Latina, estando há oito anos seguidos exportando mais de US\$ 300 milhões por ano. Em 2019, estimou-se que 12.523,32 toneladas foram vendidas, rendendo um total de US\$ 366,13 milhões.

DESTAQUES

MÊS DA MULHER ACENDE POSICIONAMENTOS CONTRA A LIBERAÇÃO DE ARMAS E MUNIÇÕES

Com o início do mês de março, as pautas referentes à violência contra a mulher tiveram prioridade em diversos espaços de diálogo e tomada de decisões.

De acordo com o portal “The Intercept Brasil”, o número de armas entre civis cresceu no país durante o último ano, o

PLENÁRIO DO STF VOTA A SUSPENSÃO DOS JULGAMENTOS ACERCA DA LEGALIDADE DO DECRETO DO PRESIDENTE LULA

O plenário do Supremo Tribunal Federal está analisando a suspensão dos julgamentos que envolvam a legalidade do decreto assinado pelo Presidente Lula, que limita o acesso a armas e munições no país.

que dificulta a realização da Lei Maria da Penha. O argumento central é de que a venda de armas está associada à violência doméstica e ao crescimento do número de feminicídios no país. O portal utilizou dados levantados pelo Instituto Igarapé e Sou da Paz, que indicam ter havido, durante o ano de 2022, a maior aquisição de armas por CACs, se comparado aos três anos anteriores, chegando à aproximadamente 431.137 armas. Nos três anos anteriores, foram adquiridas 427.248 armas. Os CACs possuem 42,5% das armas particulares compradas no Brasil – outros 25% pertencem a membros das Forças Armadas. Segundo o portal, o restante das armas fica nas mãos de caçadores de subsistência, cidadãos com registro de defesa pessoal e servidores civis. O The Intercept reafirma, em sua publicação, o posicionamento já levantado por parlamentares: de que o acesso facilitado à armas e munições dificulta o cumprimento da Lei Maria da Penha, que exige a apreensão de armas de homens acusados de agressão contra mulheres. Levantamentos realizados pelo Instituto Sou da Paz dão ainda mais força ao tema. De acordo com o Instituto, em 2020, a cada duas mulheres, uma foi morta por arma de fogo. A publicação ganhou forte repercussão no Congresso,

Após a publicação do decreto, foram impetrados Habeas Corpus perante o Poder Judiciário buscando evitar o recadastramento de armas e questionando a legalidade das alterações por meio de decreto. O Ministro Gilmar Mendes, relator da ação, considerou que o Decreto é constitucional e está dentro dos parâmetros da legalidade. Para o Ministro o decreto é “uma espécie de freio de arrumação nessa tendência de vertiginosa flexibilização das normas de acesso a armas de fogo e munições no Brasil”.

Até o momento, acompanharam o voto do relator os Ministros Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Dias Toffoli e a Ministra Carmém Lúcia. O julgamento finalizará hoje (10/03) e, caso o voto do Ministro Gilmar Mendes seja acompanhado pela maioria do plenário, conforme se espera, todas as decisões judiciais contra o decreto presidencial serão anuladas.

sendo objeto de discursos e referências durante o Expediente em Plenário.